

Crescimento: Discussão Equivocada

Rubens Penha Cysne
05/12/2005

A discussão sobre o PIB está sofrendo de miopia e isto traz prejuízos ao país. Para crescer a taxas razoáveis no longo prazo, são precisas reformas substanciais, em particular no montante e alocação dos gastos públicos (como de consumo para investimento). Tais reformas requerem suporte político, que por sua vez demanda intensa e extensa discussão pública. Ocorre que a discussão relevante não é esta que está ocorrendo, centrada sobre crescimento trimestral, metodologias de cálculo, juros do Copom e crises políticas. Mas sim a discussão sobre as variáveis que realmente determinam a evolução da economia no longo prazo: ausência de incerteza jurídica e monetária, montante e qualidade das despesas públicas, montante e qualidade dos investimentos, poupança, educação e comércio internacional.

O problema maior do Brasil não é o PIB trimestral ter caído 1,2% no terceiro trimestre, mas sim a quebra de crescimento que nos acompanha desde os anos 80. O crescimento médio anual da economia foi 5.68% entre 1900 e 1980, e de apenas 2.11% entre 1980 e 2004. Se a economia brasileira tivesse mantido, a partir de 1980, sua tendência histórica de crescimento, observada desde o início do século, nossa renda per-capita em 2004 teria sido algo em torno de 52% superior àquela observada. Ou seja, uma renda per-capita, usando-se a cotação média do dólar em 2004 (R\$ 2.926), em torno de US\$ 5243, ao invés dos US\$ 3449 observados. Este dado já leva em consideração o fato de, ao início dos anos 80, a economia se encontrar acima da tendência histórica. A perda calculada torna-se ainda maior quando simplesmente se extrapola a taxa média de 1900-1980 partindo-se diretamente da renda ocorrida em 1980.

Como o mesmo tipo de problema não ocorreu de forma sistemática com os demais países emergentes, conclui-se que os motivos para tal queda de crescimento devem ser buscados internamente.

Não precisa ser macroeconomista para entender os motivos que explicam tais perdas. Pode-se começar simplesmente observando o estado das estradas brasileiras e imaginando, por extrapolação, que elas representam uma boa amostra da infra-estrutura produtiva nacional.

Em seguida, estimar quanto se ganharia, em crescimento, caso parte da renda transferida intergeracionalmente para os mais idosos fosse transferida para os mais jovens, através de educação de boa qualidade. Digo de boa qualidade porque, como ficou patente em seminário internacional recentemente promovido pela Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro, o que interessa não é quanto se gasta, uma estatística de insumo (do tipo preferido pela Constituição de 1988), mas sim os efeitos de tais gastos, ou seja, as estatísticas de resultados (por exemplo, desempenho relativo de alunos brasileiros em provas com alunos de outros países).

Um pouco de bom senso indica que no Brasil discute-se muito a taxa do Copom e pouco a taxa dos tomadores, esta em muito superior àquela (a média do spread bancário em 2004 foi

superior a 40% ao ano). A existência deste diferencial entre juros de tomador e de poupador destrói exatamente os dois pilares do crescimento: a poupança (porque a taxa ao poupador torna-se relativamente baixa) e o investimento (porque a taxa ao tomador torna-se demasiadamente alta). Além de deteriorar a distribuição de renda (os mais pobres costumam ser devedores), a diferença de taxas de juros reduz o estoque de capital e a renda per capita nacional. O spread age como uma verdadeira bomba de nêutrons na economia.

A queda de investimentos explica parte da quebra de crescimento nos últimos vinte e cinco anos, mas não o todo. Estes situavam-se, ao início dos anos 80, em 22% do PIB, e agora situam-se em torno de 19,5%. Esta estatística das contas nacionais de qualquer país, entretanto, é bastante tosca, porque nada diz sobre a qualidade dos itens que contabiliza. Há indícios que, além da queda de investimentos, o Brasil também sofre de uma baixa qualidade dos mesmos (no jargão macroeconômico, uma maior relação capital/produto) relativamente a outros países emergentes.

Ainda mais importante, as estatísticas de investimentos também não levam em conta a formação de capital humano, esta variável cuja evolução tem nos deixado em posição crescentemente desvantajosa em relação a maior parte dos países emergentes.

Qual o problema de se discutir com demasiada ênfase o PIB trimestral? É que o foco da discussão pública se perde. Ao invés de se ter a população discutindo a qualidade dos gastos do setor público, e desta forma gerando o suporte político necessário, em particular, à reversão de alguns males da Constituição de 1988 (como as vinculações orçamentárias em excesso), perde-se tempo discutindo-se se a metodologia de cálculo do PIB da instituição pública A é melhor ou pior do que a metodologia da instituição pública B.

O importante é a sociedade debater porque o consumo público (das três esferas) medido pelas Contas Nacionais passou de 10% do PIB para 20% do PIB entre 1980 e 2004. E como a carga tributária bruta passou de 28% em 1994 para 34% em 2004, sem que se percebesse melhoras nos serviços prestados pelo governo (tome-se, por exemplo, a questão da provisão de segurança).

Urge, em particular, objetivando-se a melhor alocação intertemporal da despesa pública, realizarem-se estudos dos retornos de longo prazo dos projetos do governo, trazendo à discussão os números daí gerados. Trata-se esta, claramente, de tarefa menos confortável e trivial do que apenas compilar opiniões sobre se determinada taxa de juros está alta ou baixa. Muitos de nossos colegas emergentes, entretanto, já fizeram este dever de casa com sucesso, desta forma podendo combinar baixa inflação com alto crescimento, situação que até agora não conseguimos experimentar.

Rubens Penha Cysne (<http://www2.fgv.br/professor/rubens/>) é Professor da EPGE/FGV e Visiting Scholar do Departamento de Economia da Universidade de Chicago.